

# Mercado de Trabalho e Gênero

COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

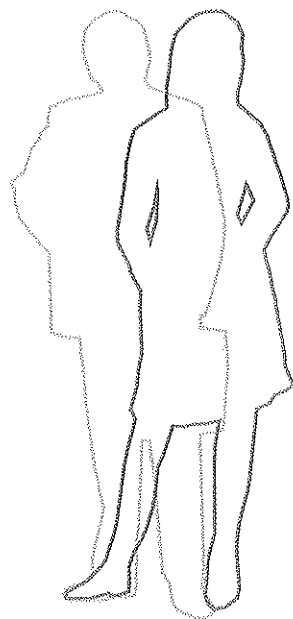
organizadoras

Albertina de Oliveira Costa

Bila Sorj

Cristina Bruschini

Helena Hirata



## Desemprego, padrões de trajetória e segregação em Paris e São Paulo

NADYA ARAUJO GUIMARÃES\*

MURILLO MARSCHNER ALVES DE BRITTO\*\*

O desemprego, sob a forma recorrente como se manifesta em nossos dias, efetua, de modo perverso, um constante movimento de redistribuição das oportunidades ocupacionais (Maruani e Reynaud, 1993; Demazière, 1995). Sendo assim, pode ser elucidativo verificar o que se passa com os padrões de transição no mercado de trabalho quando as oportunidades de emprego estão sujeitas a intensos rearranjos pelo efeito do desemprego crescente.

Para refletir nessa direção, analisaremos trajetórias de desempregados nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Paris e discutiremos dois resultados. O primeiro é que a segregação, habitualmente tratada sob o prisma do acesso à ocupação, pode ser também observada nas trajetórias dos indivíduos (Walby, 1988; Moore, 1992), visto que certos grupos têm seus percursos ocupacionais confinados a âmbitos restritos do mercado (Burchell e Rubery, 1994). O segundo é que o risco de vivenciar trajetórias limitadas ao mundo das ocupações de baixa qualidade é desigualmente distribuído, e tais percursos associam-se a atributos como sexo e condição étnico-racial dos indivíduos (Cohn, 2000).

---

\* Socióloga, Universidade de São Paulo.

\*\* Sociólogo, Centro de Estudos da Metrópole, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

A evidência empírica que baseia a nossa reflexão foi buscada em *surveys* realizados em Paris e São Paulo, na segunda metade dos anos 1990, com o objetivo de identificar padrões de transição em contextos de crescente desemprego. No primeiro caso, trata-se de um painel prospectivo, que seguiu uma coorte de novos demandantes de emprego junto à Agence Nationale pour l'Emploi (Anpe), no período compreendido entre 1995 e 1998.<sup>1</sup> No segundo, de um levantamento retrospectivo, por questionário suplementar à Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Fundação Seade/Dieese, que identificou trajetórias ocupacionais de trabalhadores paulistanos entre 1994 e 2001, momento da coleta dos dados.<sup>2</sup>

### As formas de desemprego e os padrões de trajetória: uma comparação entre Paris e São Paulo

O que justifica a escolha dessas duas metrópoles como objeto de nosso estudo é o fato de as considerarmos ilustrativas de dois tipos contrastantes de regimes de *welfare* (Gallie e Paugam, 2000). Na França, construiu-se um sólido e inclusivo sistema público de proteção cujo ápice coincide com os chamados “30 anos gloriosos” de expansão capitalista no pós-guerra. A ele corresponde uma norma de emprego por tempo indeterminado, fortemente regulamentado pelo Estado e assentado em direitos barganhados coletivamente, e que tem como complemento um sistema especial de institucionalização do desemprego. Este é ancorado no seu caráter ocasional e de pouca duração, e generoso pela cesta

<sup>1</sup> O painel “Trajectoires des demandeurs d'emploi et marché local de travail” foi conduzido pelo Dares/Ministère du Travail et de la Solidarité e seguiu os trajetos dos novos inscritos junto à Anpe em oito regiões do país, em abril/junho de 1995, acompanhando-os, por meio de três levantamentos anuais, durante os 33 meses seguintes. Aqui analisaremos apenas os dados relativos aos 1.624 casos colhidos para a Região Metropolitana de Paris-Île de France. Para detalhes sobre o estudo, ver Pignony e Poujouly (1999).

<sup>2</sup> A PED é uma pesquisa mensal domiciliar por amostra representativa da população economicamente ativa na Região Metropolitana de São Paulo. O *survey* retrospectivo “Mobilidade ocupacional” foi conduzido pelo Centro de Estudos da Metrópole e Fundação Seade. As análises que se seguem tratam apenas da subamostra de 6.627 desempregados, que formam parte do grupo mais amplo de 53.170 indivíduos ouvidos de abril a dezembro de 2001 em 27 mil domicílios. Maiores detalhes em Guimarães (2008).

de benefícios que outorga, expressados nas políticas de orientação e requalificação profissional, suporte monetário e apoio à procura de trabalho.

No caso do Brasil, onde nunca existiu um Estado de bem-estar social, a proteção ao desemprego foi instituída somente nos anos 1990. Ela se erigiu sobre a base de um mercado em que já predominavam intensas transições entre ocupações e uma situação de assalariamento restrito, com forte peso do trabalho informal. Esse sistema de proteção ao desemprego é ainda bastante limitado em sua capacidade de incluir indivíduos, dados os critérios de elegibilidade adotados. Além disso, é pouco efetivo, haja vista a parcimônia com que os benefícios são concedidos, e articula mal suas políticas de seguro, intermediação e qualificação profissional.

Dedicamos a primeira seção do capítulo a evidenciar as diferenças nos padrões de percurso, em Paris e São Paulo, que resultam dessas distintas formas de institucionalização do desemprego e dos regimes de proteção social. Na segunda seção examinaremos, para cada uma das metrópoles, como diferentes atributos individuais se associam ao risco de permanecer duradouramente no desemprego ou à chance de acessar distintas portas de saída, abertas pelo movimento de reinserção no mercado de trabalho.

### *Transições e trajetórias num contexto de desemprego duradouro: Paris (1995-98)*

O desemprego atingiu duramente o mercado de trabalho francês nas últimas décadas, fazendo-se sentir com especial intensidade na sua principal metrópole, Paris. A extensão do tempo de procura de trabalho e a correlata experiência de uma desocupação duradoura desafiam a agenda da política pública desde os anos 1970, pondo em xeque o regime de *welfare* e as formas de institucionalização do desemprego.<sup>3</sup>

Tal deterioração das condições de acesso ao sistema de proteção teve lugar em um contexto de progressiva racionalização do uso do trabalho, de globalização dos processos produtivos (sobretudo na manufatura e nos servi-

<sup>3</sup> Há uma extensa literatura que trata desse fenômeno e de suas conseqüências. Entre os trabalhos mais importantes, citamos Freyssinet (1984), Maruani e Reynauld (1993), Demazière (1995a, 1995b), Friot e Rose (1996), Supiot (1999), Maruani (2002) e Gautié (2003).

ços modernos) e de intensificação da imigração de trabalhadores (por motivos ocupacionais e/ou políticos).

A emergência das chamadas “formas atípicas” de emprego e de desemprego passou a se fazer presente nas trajetórias ocupacionais dos indivíduos. É o que se pode ver na tabela 1, construída com dados do painel “Trajetórias de demandantes de emprego”, coletado pelo Ministério do Trabalho francês. Nela apresentamos o resultado da análise fatorial e de *clusters* efetuada a partir da uma matriz de informações reunindo 1.624 pessoas cujos percursos foram observados durante 33 meses (compreendidos entre 1995 e 1998), e classificados, mês a mês, segundo 12 possibilidades de relação com o mercado de trabalho. Tal análise nos permitiu identificar nove caminhos mais recorrentes, que expressam os principais tipos de trajetórias agregadas dos entrevistados.

Tabela 1  
Trajetórias dos desempregados de Paris — Île de France (1995-98)

	Tipos de trajetórias	N	%	%
Percursos clássicos	Desempregado	499	30,7	47
	Empregado regular sob contrato de duração indeterminada (CDI)	265	16,3	
Novas formas de precariedade	Empregado regular transitando entre CDI e CDD (contratos de duração determinada)	248	15,3	36,2
	Empregado regular sob contrato CDD	178	11	
	Subcontratado	114	7	
	Em outros tipos de emprego	47	2,9	
Novas formas de proteção social	Desempregado em programa de treinamento	100	6,2	11,6
	Beneficiário de contrato de proteção social	88	5,4	
Saída do mercado	Inativo	85	5,2	5,2
Total		1.624	100	100

Fonte: Ministère de l'Emploi et de la Solidarité, Dares, Painel TDE. Apud Guimarães (2006a).

Um achado logo chama a atenção: a trajetória mais freqüente, correspondente a 30,7% dos casos, é a da permanência no desemprego de longa duração. É também notável que quase metade dos indivíduos (47%) tenha

seus percursos classificáveis em uma das duas situações mais típicas da norma fordista: a ocupação duradoura e protegida (CDI) ou o desemprego igualmente protegido (ainda que extraordinariamente duradouro).

Entretanto, apenas uma minoria (16,3%) consegue sair do desemprego pela via virtuosa da obtenção de um contrato de duração indeterminada. Para uma parcela significativa dos casos (quatro em cada seis pessoas que escapam ao desemprego), a saída se dá por vias que os conduzem às novas formas atípicas de relação de trabalho (como CDD, trabalho temporário subcontratado), consideradas precárias em face da norma em vigor no sistema de emprego francês.

Os contratos que revelam o braço de apoio da proteção social amparam menos de dois em cada 10 dos entrevistados (11,6%). É também muito pouco expressiva, quase insignificante, a trajetória de saída do mercado de trabalho, passando duradouramente à inatividade (apenas 5,2% dos casos).<sup>4</sup>

### *Transições e trajetórias ocupacionais num contexto de desemprego recorrente: São Paulo (1997-2001)*

Ao longo da década de 1990, São Paulo, a maior metrópole do Brasil, também experimentou uma onda de mudanças importantes, associadas a transformações na economia brasileira que a atingiram de uma dupla forma. A reespecialização dos novos investimentos industriais obrigou-a a dividir com outras regiões o protagonismo que até então lhe coubera na produção nacional. Paralelamente, os serviços que nela já se concentravam cresceram e se diversificaram, ampliando-se as atividades de comando de negócios, em especial de grandes empresas nacionais e transnacionais.

Esse movimento aumentou sua competitividade, mas atingiu profundamente seu mercado de trabalho (Dedecca, Montagner e Brandão, 1993; Comin, 2003). Elevou-se de maneira significativa o tempo de procura de trabalho, que dobrou no curso dos anos 1990, e a taxa de desemprego total ultrapassou os dois dígitos, sustentando-se em níveis que, nos momentos mais críticos, chegaram a alcançar 20% da população em atividade (Guimarães, 2008).

---

<sup>4</sup> Para outras análises ver Pignony e Poujouly (1999), Cancell e Huyghues Despointes (1999) e Guimarães (2006a, 2006b).

Ora, quando o alongamento dos tempos de desemprego e de procura de trabalho convive com um sistema de proteção pouco efetivo produz-se um efeito de elevada insegurança ocupacional. Ele se expressa, em realidades como a de São Paulo, no intenso trânsito entre situações no mercado de trabalho, em movimentos que refletem o esforço dos indivíduos no sentido de obter algum rendimento suscetível de permitir sua sobrevivência. Esse é um fenômeno diferente do que foi observado em Paris, onde o aumento do desemprego de longa duração é que constitui o principal desafio.

Para melhor elucidar a especificidade dessas trajetórias, utilizamos os dados obtidos pelo questionário suplementar à Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de São Paulo. Ele recobre retrospectivamente experiências de trabalho vividas entre 1997 e 2001.

Pelo mesmo procedimento de análise fatorial e de *clusters*, os percursos dos 6.627 desempregados foram observados durante 48 meses (entre abril de 1997 e abril de 2001), sendo a situação de cada um deles, mês a mês, classificada conforme uma tipologia de nove possíveis posições em face do mercado de trabalho. Os resultados da tabela 2 mostram os seis tipos de trajetórias agregadas que foram identificados.

Tabela 2  
Trajetórias dos desempregados entrevistados em 2001 em  
São Paulo (1997-2001)

Tipos de trajetórias		N	%	%
Percursos clássicos	Desempregado	1.074	16,2	40,3
	Assalariados com carteira	1.598	24,1	
Percursos despadronizados	Transições intensas, percurso ignorado	2.327	35,1	51,5
	Desempregado ou inativo	1.088	16,4	
Outros percursos	Domésticos	301	4,6	8,2
	Autônomos	239	3,6	
<b>Total</b>		<b>6.627</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Questionário Suplementar Seade/CEM "Mobilidade ocupacional".

Duas trajetórias típicas se destacam. A primeira assemelha-se à norma em um mercado de trabalho protegido onde impera o assalariamento regular. Nessa situação, o desemprego representa um momento de ruptura em um per-

curso até então estável, marcado pelo assalariamento duradouro e protegido pelo vínculo formal. Mas apenas uma quarta parte dos entrevistados (24,1%) enquadra-se nesse percurso.

O grupo mais importante de casos (35,1%), que forma a segunda trajetória típica, constitui-se de entrevistados com um percurso ocupacional marcado por transições tão intensas e variadas que não permitem identificar um padrão. O desemprego, para esse grupo de pessoas, é apenas mais um evento de risco em um trajeto pleno de incertezas. Se agregarmos a esse tipo de trajetória aquele outro, marcado pela ausência de evento de ocupação, em que os indivíduos transitam entre o desemprego e a inatividade, teremos mais da metade dos entrevistados (51,5%).

Os dados da PED deixam patente também que, nas condições de institucionalização da proteção no Brasil, é excepcional encontrar indivíduos com um percurso no desemprego de longa duração. Entre os desocupados da Região Metropolitana de São Paulo, apenas uma parcela minoritária (16,2% contra 30% em Paris) tinha condições de permanecer duradouramente em desemprego.

Vistas em uma perspectiva comparada, as realidades das duas metrópoles sugerem que, quando o desemprego se intensifica e redistribui oportunidades, se instabilizam os percursos ocupacionais e se fragilizam as normas vigentes. Entretanto, esse movimento tem resultados distintos em cada uma delas.

Em Paris, a forma predominante, inserida em um sistema público ainda pujante, é a do desemprego de longa duração, e, quando há transições, elas se fazem no sentido de formas ditas atípicas de trabalho.

Em São Paulo, visto que os indivíduos não dispõem de uma estrutura institucional que lhes faculte permanecer no desemprego por longo período, seus percursos caracterizam-se pela enorme recorrência de transições. Isso intensifica a tal ponto as mudanças entre situações que, para uma expressiva maioria de pessoas, é difícil reconhecer um padrão de percurso.

Diante disso, novas indagações se impõem: quando o desemprego — recorrente, no caso paulista, ou duradouro, no caso parisiense — altera as formas de transitar no mercado de trabalho, como as oportunidades ocupacionais se distribuem entre os indivíduos? Quem circula no mercado pelos caminhos mais precários? Que fatores explicariam a segregação nos percursos?



## Percursos ocupacionais e evidências de segregação entre grupos de sexo e étnico-raciais

A resposta às indagações anteriores apóia-se no entendimento de que, além das lógicas institucionalizadas nos regimes de proteção social, outras lógicas sociais configuram os padrões de percurso. Referimo-nos às construções sociais sobre a diferença, que desigualam os indivíduos ao conferirem valor às suas características, algumas adscritas, como idade, condição étnico-racial e de sexo, outras adquiridas, como escolaridade. A eficácia simbólica desse tipo de determinante na operação do mercado de trabalho é significativa, alterando as chances de trabalhadores e trabalhadoras na procura de trabalho ou na permanência no emprego.

As trajetórias respondem assim não apenas a especificidades institucionais, que abordamos mediante comparações intermetropolitanas, como também a especificidades simbólicas, que abordaremos agora mediante comparações intrametropolitanas, controlando características dos indivíduos, para em seguida voltar a pensar sobre os elementos que distinguem ou aproximam as duas metrópoles.

Inicialmente, associamos os tipos de percurso a duas variáveis que indicam possíveis elementos de segregação no mercado de trabalho: sexo e raça, partindo da hipótese de que o modo como se tecem as relações sociais de sexo e as relações sociais de raça tem efeitos nas trajetórias dos indivíduos.

Tendo em vista as particularidades que distinguem os sistemas de relações raciais brasileiro e francês, construímos dois indicadores distintos, mas que apontam para um mesmo fenômeno, o que os torna comparáveis.

Para o caso de São Paulo, utilizamos o indicador de “cor”, visto que as características fenotípicas são determinantes do modo de classificação racial no país (Hasenbalg, 1979; Silva e Hasenbalg, 1992; Guimarães, 2008). Mais do que simplesmente a cor da pele, os grupos reconhecidos no sistema brasileiro de classificação racial — “pretos”, “pardos”, “brancos”, “amarelos” e “indígenas” — expressam diferenças baseadas num *mix* de características fenotípicas que combinam outros traços, como tipo de cabelo, formato do nariz e dos lábios etc. Para fins da análise, reclassificaremos os cinco grupos oficiais em apenas dois, “brancos” e “negros”.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Sob a denominação “brancos” reunimos os dados referentes aos que são classificados como “brancos” e “amarelos” (asiáticos). Sob a denominação “negros”, os classificados como “pretos”, “pardos”

Para o caso de Paris, utilizamos um indicador de “descendência”, que permite diferenciar os “franceses” dos “estrangeiros” e “descendentes de estrangeiros”, aos quais nos referimos, para efeitos de simplificação, como “de descendência francesa” e “de descendência estrangeira”. Essa escolha se deve não apenas à inexistência de informação sobre “condição racial” na pesquisa TDE que nos serve de fonte, mas sobretudo ao fato de que a origem nacional tem sido apontada como um importante crivo para a constituição de hierarquias sociais de base étnico-racial na França (Sahlins, 2004; Fassin e Fassin, 2006). A variável “descendência” pode funcionar como um *proxy*, na verdade o único, entre as características de perfil do entrevistado disponibilizadas pelo banco da pesquisa TDE.<sup>6</sup>

O primeiro passo é verificar se existe alguma associação sistemática entre sexo e cor/descendência, por um lado, e os distintos tipos de trajetórias apresentados na seção anterior, por outro.

Os resultados estatísticos para Paris (tabela 3) deixam claro que se deve rejeitar a hipótese nula de independência entre sexo/descendência e tipos de trajetória.<sup>7</sup>

Tabela 3  
Trajetórias por sexo e descendência: Paris — Île de France (1995-98)

Tipos de trajetória	Sexo/descendência										Formas típicas de inserção no mercado
	Mulheres/ descendência estrangeira		Mulheres/ francesas		Homens/ descendência estrangeira		Homens/ francesas		Total		
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Desemprego	103	20,6	159	31,9	101	20,2	136	27,3	499	100,0	
CDI	31	11,7	77	29,1	44	16,6	113	42,6	265	100,0	

Continua

e “indígenas”. Poderíamos ter denominado este último reagrupamento como “não-brancos”, mas optamos por “negros” dado o amplo predomínio de “pretos” e “pardos” entre os “não-brancos”. Na composição demográfica atual de São Paulo, os “indígenas” têm reduzida presença, tanto quanto os mestiços (“pardos”) que não são afro-descendentes.

<sup>6</sup> É certo que, entre os estrangeiros ou de descendência estrangeira, existem importantes hierarquias internas, diferenciando, por exemplo, os europeus ocidentais, os árabes ou os asiáticos. Entretanto, por motivos relativos ao tamanho da amostra da TDE, não nos foi possível construir desagregações mais finas.

<sup>7</sup> O teste de qui-quadrado apresentou significância estatística muito alta (mais de 99% de confiabilidade) para a dependência entre as variáveis.

Tipos de trajetória	Sexo/descendência										
	Mulheres/ descendência estrangeira		Mulheres/ francesas		Homens/ descendência estrangeira		Homens/ franceses		Total		
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Transição CDI/CDD	26	10,5	88	35,5	42	16,9	92	37,1	248	100,0	As novas formas precárias
CDD	29	16,3	66	37,1	32	18,0	51	28,7	178	100,0	
Subcontratado	6	5,3	34	29,8	31	27,2	43	37,7	114	100,0	
Outros tipos de emprego	7	14,9	14	29,8	13	27,7	13	27,7	47	100,0	
Desempregado em programa de treinamento	23	23,0	24	24,0	26	26,0	27	27,0	100	100,0	Os novos dispositivos da proteção social
Beneficiário de contrato de proteção social	18	20,5	31	35,2	13	14,8	26	29,5	88	100,0	
Inatividade	24	28,2	51	60,0	3	3,5	7	8,2	85	100,0	Saída do mercado
Total	267	16,4	544	33,5	305	18,8	508	31,3	1.624	100,0	

Fonte: Ministère de l'Emploi et de la Solidarité, Dares, Pannel TDE "Trajectoires des demandeurs d'emploi".

Observa-se que as trajetórias dos homens franceses e as dos estrangeiros ou seus descendentes são distintas. Na comparação, destaca-se o enorme peso dos primeiros nos percursos que tipificam a norma salarial (CDI) e a sobre-representação dos últimos nos percursos ocupacionais mais instáveis, nas formas precárias de emprego, cada vez mais presentes no mercado de trabalho francês, ou ainda nos programas de reinserção.

Há diferenças também entre os percursos das francesas e das estrangeiras ou descendentes, mas o primeiro dado que chama a atenção é que, no conjunto, elas se distinguem dos homens pela sobre-representação nas fronteiras das relações típicas de emprego. Observa-se que seis em cada 10 pessoas em situação de inatividade no período considerado são mulheres francesas; e três em cada 10 são mulheres de descendência estrangeira. Estas últimas estão ainda sobre-representadas nos percursos duradouros de desemprego ou naqueles que as sustentam sob os dispositivos da proteção social.

Os franceses, homens e mulheres, compartilham duas características: estão sub-representados nas trajetórias de desemprego e sobre-representados

nos percursos de transição entre CDI e CDD — o que indica uma situação de menor vulnerabilidade com relação aos estrangeiros e seus descendentes. Porém, enquanto as mulheres se concentram nas trajetórias duradouras de inatividade, os homens têm trajetórias duradouras de emprego, principalmente o regido pela norma dos CDIs, mas também (e em menor medida) em situações de transição entre contratos por tempo determinado ou indeterminado, ou como subcontratados.

Em São Paulo, os dados indicam claramente que, também aqui, se deve rejeitar a hipótese nula da independência quando se analisa a relação entre sexo e cor, de um lado, e tipos de percurso no mercado, de outro.<sup>8</sup>

A condição de sexo aparece como um demarcador que organiza as chances dos indivíduos nos distintos tipos de percurso no mercado de trabalho. Os tons de cinza da tabela 4 mostram que os grupos se organizam em posições distintas e complementares, como em um tabuleiro de xadrez. Assim, é evidente a sobre-representação das mulheres em trajetórias duradouras no emprego doméstico, uma atividade de baixo prestígio e sujeita a condições de trabalho muitas vezes aviltantes. Se isso atinge especialmente as mulheres negras, não deixa de ser relevante também entre as mulheres brancas. Além disso, brancas e negras estão igualmente sobre-representadas nas trajetórias de desemprego.

Inversamente, todas elas estão sub-representadas nas ocupações (que não o serviço doméstico) regidas por vínculos formalmente protegidos, sob a forma de assalariamento com carteira assinada, assim como nas trajetórias duradouras no trabalho autônomo. No mercado paulistano de trabalho, esses dois tipos de trajetória são espaços em que os homens estão sobre-representados, sejam eles brancos ou negros, embora estes últimos em menor proporção.

Os tons de cinza da tabela sugerem que também entre os homens há diferenças raciais que não podem ser ignoradas. Os brancos estão sobre-representados nas trajetórias duradouras do trabalho protegido pelo vínculo formal. Já os negros aparecem desproporcionalmente presentes em trajetórias marcadas por uma transição tão intensa que é difícil determinar um padrão de percurso — o que é um indicativo da vulnerabilidade da sua inserção no mercado de trabalho.

<sup>8</sup> Também para São Paulo o nível de significância dos testes de qui-quadrado foi muito alto, acima de 99%.

Tabela 4  
Trajetórias por sexo e cor: São Paulo (1997-2001)

Classes de trajetória	Sexo/cor								Total	
	Mulheres negras		Mulheres brancas		Homens negros		Homens brancos			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Empregados com vínculo	284	17,8	439	27,5	381	23,8	494	30,9	1.598	100,0
Transições intensas, percurso ignorado	541	23,2	600	25,8	584	25,1	602	25,9	2.327	100,0
Emprego doméstico	160	53,2	106	35,2	12	4,0	23	7,6	301	100,0
Autônomos	38	15,9	58	24,3	59	24,7	84	35,1	239	100,0
Desempregados	325	30,3	403	37,5	156	14,5	190	17,7	1.074	100,0
Transição desemprego/inatividade	279	25,6	323	29,7	240	22,1	246	22,6	1.088	100,0
Total	1.627	24,6	1.929	29,1	1.432	21,6	1.639	24,7	6.627	100,0

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Questionário Suplementar Seade/CEM "Mobilidade ocupacional".

Esse conjunto de resultados sugere que a segmentação racial nos percursos dos indivíduos sujeitos ao desemprego é mais provável no mercado de trabalho de Paris que no de São Paulo. O primeiro separa as trajetórias ocupacionais de estrangeiros e nacionais de maneira ainda mais marcante do que o último o faz com respeito aos seus grupos de cor. Em Paris, por exemplo, existem diferenças mais visíveis entre os percursos das mulheres descendentes de estrangeiros e os das francesas do que aquelas observadas em São Paulo entre os trajetetos de mulheres brancas e os das negras. Do mesmo modo, as trajetórias de homens paulistanos, brancos e negros, parecem diferir menos entre si que as dos parisienses descendentes e não-descendentes de estrangeiros.

Poderíamos ir além e arriscar um prognóstico sobre a segmentação por sexo entre os padrões de percurso. Embora os resultados apontem para a maior precariedade das trajetórias femininas em ambas as metrópoles, as mulheres parisienses parecem estar muito mais próximas do padrão que caracteriza os grupos privilegiados (homens de nacionalidade francesa, no caso parisiense, e homens brancos, no caso paulistano) do que as mulheres em São Paulo, sejam elas brancas ou não-brancas, todas desproporcionalmente retidas no serviço doméstico.

Para verificar esses achados, demos um último passo em nossa análise, observando como se distribuem as chances de permanecer no desemprego duradouro ou de seguir quaisquer das outras trajetórias identificadas em cada uma das metrópoles. Para tal, testamos um modelo de regressão multinomial, no qual diferenciamos os indivíduos por seus atributos de idade, sexo, cor/descendência e escolaridade. Os resultados, sintetizados nas tabelas 5 e 6, permitem verificar se as características adscritas continuam sendo importantes para explicar os trajetos mesmo quando se considera o efeito de uma característica aquisitiva, como o capital cultural expressado na credencial escolar obtida.

Que conclusões podemos tirar a partir deste último passo?

Em primeiro lugar, tanto para São Paulo quanto para Paris, os tipos de trajetórias que mais discriminam (com base em idade, escolaridade, sexo e cor/descendência) são os que se forjam em situações protegidas de trabalho. Assim, o antagonismo mais evidente entre as amostras é aquele entre os trajetos no desemprego e os percursos (extremamente seletivos) no emprego protegido.

Em segundo lugar, observa-se que, se a posse de capital escolar altera as chances dos desempregados, ela o faz com intensidade e eficácia diferentes nas duas metrópoles. Tal efeito é mais importante e mais diversificado em Paris que em São Paulo.

No caso da metrópole brasileira, seu impacto positivo está restrito à determinação das trajetórias de emprego com vínculo. Nelas sua eficácia é altíssima, de modo que quanto maior a credencial escolar, maior a possibilidade de escapar do desemprego pela via de percursos duradouros em formas protegidas de trabalho. Já os resultados para Paris sugerem que o acúmulo de capital escolar causa maior impacto, já que altera as chances de pertencimento a vários tipos de trajetórias. Assim, se o efeito é muito evidente nos percursos em CDI, ele também se faz sentir ao aumentar a chance de estar em outros percursos vividos no emprego, mesmo se em trajetórias não tão virtuosas (CDD ou de transição CDD/CDI).

Entretanto, e em terceiro lugar, as tabelas 5 e 6 oferecem fortes evidências de que atributos que não deveriam ter valor de mercado numa sociedade igualitária seguem diferenciando as chances dos indivíduos, retendo alguns deles em percursos duradouramente desvantajosos.

Vejamos o que se passa com os grupos de idade, sexo e cor/descendência.

Em ambas as metrópoles, a idade é fator importante na determinação da trajetória no mercado de trabalho, já que nelas existem tipos de trajetos

fortemente associados seja aos jovens, seja aos mais idosos. Em São Paulo, os jovens têm chances de estar vinculados tanto a trajetórias de emprego com vínculo formal, quanto a trajetórias precárias ou desvalorizadas (de transição entre desemprego e inatividade, de tipo ignorado ou no serviço doméstico). Já em Paris eles estão mais distantes de percursos em CDI (homólogos às trajetórias brasileiras no emprego formal), e estão associados a contratos temporários ou trajetórias sustentadas em benefícios sociais. Quanto aos mais velhos, em ambas as metrópoles, ter mais de 50 anos implica mais chances de estar retido em trajetórias de desemprego do que fazer qualquer outro tipo de percurso.

Mas, quando se observa a combinação dos atributos de sexo e cor/descendência, os achados novamente se mostram desafiadores.

Entre as mulheres desempregadas de São Paulo, brancas ou negras, o trabalho doméstico é a única trajetória muito mais provável que a permanência no desemprego. Além dessa, as outras trajetórias que permitem às mulheres escaparem do desemprego são, por ordem de chance, transição entre desemprego e inatividade, mais provável entre brancas do que entre negras; trajetórias despadronizadas (do tipo ignorado), com maiores chances para negras; emprego com vínculo, com maiores chances para brancas; e trabalho autônomo, também com maiores chances para brancas. Ou seja, as mulheres negras têm mais possibilidades de estar retidas nos percursos mais vulneráveis. Mas, se a distinção é clara na comparação entre homens e mulheres, e entre mulheres brancas e negras, ela não é tão evidente no que refere aos homens brancos e negros.

Já no caso parisiense, a discriminação por sexo e descendência também se evidencia de modo pronunciado na distinção entre trajetórias de desemprego e CDI. Tanto as mulheres francesas quanto as estrangeiras, ou descendentes de estrangeiros, têm menos chance de trajetórias CDI, o mesmo acontecendo com os homens estrangeiros e seus descendentes. A combinação entre condições de sexo e étnico-racial também tem enorme efeito — positivo — na determinação das possibilidades de trajetórias de inatividade em vez de trajetórias de desemprego; são maiores as chances para mulheres francesas e mulheres descendentes de estrangeiros.

Estaremos, assim, diante de evidências de segregação nos percursos dos indivíduos atingidos pelo desemprego? Em face desse conjunto de resultados, poderíamos arriscar uma conclusão geral: ainda que as evidências pareçam ponderáveis, os mecanismos pelos quais se constrói tal segmentação, que altera as chances

de reinserção no trabalho, devem ser buscados na forma específica como são socialmente tecidas as diferenças e hierarquias simbólicas em cada metrópole.

Assim, em Paris, os atributos de base étnico-racial parecem pesar mais fortemente na determinação das trajetórias dos desempregados do que aqueles baseados nas diferenças entre grupos no sexo, apesar de que ambas as características fazem variar as chances dos indivíduos. Já em São Paulo, a segmentação dos percursos dos desempregados parece ser movida antes por diferenças entre grupos de sexo e, em seguida, por distinções entre grupos de cor. A discriminação racial operaria de maneira especialmente mais evidente entre as mulheres.

Tabela 5  
Paris: determinantes dos trajetos  
(1995-98 — modelo de regressão multinomial)

Classe de trajetória	Variável	B	Sig.	Exp(B)	%
Desempregado em programa de treinamento	Idade — 25 anos ou menos	0,433	0,084	1,542	54,2**
	Idade — 50 anos ou mais	-0,933	0,028	0,393	-60,7*
	Escolaridade — nível fundamental	0,951	0,003	2,588	158,8*
	Escolaridade — nível médio	0,321	0,258	1,378	37,8
	Escolaridade — nível superior	0,953	0,009	2,593	159,3*
	Mulher/descendência estrangeira	0,157	0,621	1,170	17
	Mulher/descendência francesa	-0,277	0,366	0,758	-24,2
Transição CDI/CDD	Homem/descendência estrangeira	0,350	0,258	1,419	41,9
	Idade — 25 anos ou menos	0,169	0,379	1,185	18,5
	Idade — 50 anos ou mais	-0,544	0,037	0,580	-42*
	Escolaridade — nível fundamental	0,304	0,282	1,355	35,5
	Escolaridade — nível médio	0,768	0,000	2,156	115,6*
	Escolaridade — nível superior	1,584	0,000	4,877	387,7*
	Mulher/descendência estrangeira	-0,818	0,002	0,441	-55,9*
Outros tipos de emprego	Mulher/descendência francesa	-0,161	0,407	0,852	-14,8
	Homem/descendência estrangeira	-0,305	0,192	0,737	-26,3
	Idade — 25 anos ou menos	0,602	0,076	1,826	82,6
	Idade — 50 anos ou mais	-0,267	0,602	0,766	-23,4
	Escolaridade — nível fundamental	0,448	0,371	1,565	56,5
	Escolaridade — nível médio	0,699	0,065	2,011	101,1**
	Escolaridade — nível superior	0,619	0,271	1,857	85,7
Mulher/descendência estrangeira	-0,222	0,652	0,801	-19,9	
Mulher/descendência francesa	-0,065	0,872	0,937	-6,3	
Homem/descendência estrangeira	0,427	0,308	1,532	53,2	

Continua



Classe de trajetória	Variável	B	Sig.	Exp(B)	%	
Subcontratado	Idade — 25 anos ou menos	0,293	0,224	1,340	34	
	Idade — 50 anos ou mais	-0,719	0,060	0,487	-51,3**	
	Escolaridade — nível fundamental	0,465	0,173	1,592	59,2	
	Escolaridade — nível médio	0,708	0,005	2,031	103,1*	
	Escolaridade — nível superior	-0,042	0,927	0,959	-4,1	
	Mulher/descendência estrangeira	-1,617	0,000	0,199	-80,1*	
	Mulher/descendência francesa	-0,409	0,115	0,664	-33,6	
	Homem/descendência estrangeira	0,084	0,760	1,088	8,8	
	CDD	Idade — 25 anos ou menos	0,578	0,004	1,782	78,2*
		Idade — 50 anos ou mais	-0,572	0,065	0,564	-43,6**
Escolaridade — nível fundamental		0,960	0,001	2,611	161,1*	
Escolaridade — nível médio		1,048	0,000	2,853	185,3*	
Escolaridade — nível superior		1,452	0,000	4,273	327,3*	
Mulher/descendência estrangeira		-0,127	0,641	0,881	-11,9	
Mulher/descendência francesa		0,112	0,617	1,119	11,9	
Homem/descendência estrangeira		0,016	0,951	1,017	1,7	
Beneficiário de contrato de proteção social		Idade — 25 anos ou menos	0,548	0,035	1,730	73*
		Idade — 50 anos ou mais	-0,508	0,211	0,602	-39,8
	Escolaridade — nível fundamental	0,334	0,320	1,397	39,7	
	Escolaridade — nível médio	-0,019	0,946	0,981	-1,9	
	Escolaridade — nível superior	0,067	0,877	1,069	6,9	
	Mulher/descendência estrangeira	-0,093	0,783	0,911	-8,9	
	Mulher/descendência francesa	0,038	0,896	1,039	3,9	
	Homem/descendência estrangeira	-0,376	0,307	0,687	-31,3	
	CDI	Idade — 25 anos ou menos	0,164	0,383	1,178	17,8
		Idade — 50 anos ou mais	-0,845	0,002	0,429	-57,1*
Escolaridade — nível fundamental		0,930	0,000	2,534	153,4*	
Escolaridade — nível médio		0,935	0,000	2,547	154,7*	
Escolaridade — nível superior		1,653	0,000	5,223	422,3*	
Mulher/descendência estrangeira		-0,866	0,000	0,421	-57,9*	
Mulher/descendência francesa		-0,534	0,006	0,586	-41,4*	
Homem/descendência estrangeira		-0,457	0,044	0,633	-36,7*	
Inativo		Idade — 25 anos ou menos	-0,799	0,034	0,450	-55*
		Idade — 50 anos ou mais	-0,435	0,245	0,847	-35,3
	Escolaridade — nível fundamental	0,410	0,247	1,507	50,7	
	Escolaridade — nível médio	0,300	0,311	1,349	34,9	
	Escolaridade — nível superior	0,370	0,392	1,448	44,8	
	Mulher/descendência estrangeira	1,520	0,001	4,574	357,4*	
	Mulher/descendência francesa	1,794	0,000	6,014	501,4*	
	Homem/descendência estrangeira	-0,490	0,487	0,613	-38,7	

Fonte: Ministère de l'Emploi et de la Solidarité, Dares, Painel TDE "Trajectoires des demandeurs d'emploi".

\*  $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,10$  / categoria de referência: desemprego.

Tabela 6  
 São Paulo: determinantes dos trajetos  
 (1997-2001 — modelo de regressão multinomial)

Classe de trajetória	Variável	B	Sig.	Exp(B)	%
Empregados com vínculo	Idade — 25 anos ou menos	0,262	0,006	1,300	30*
	Idade — 50 anos ou mais	-0,712	0,000	0,490	-51*
	Escolaridade — nível fundamental	0,185	0,084	1,203	20,3**
	Escolaridade — nível médio	0,610	0,000	1,840	84*
	Escolaridade — nível superior	0,736	0,000	2,087	108,7*
	Mulher/não-branca	-1,134	0,000	0,322	-67,8*
	Mulher/branca	-1,001	0,000	0,367	-63,3*
	Homem/não-branco	0,026	0,843	1,026	2,6
Ignorados	Idade — 25 anos ou menos	1,237	0,000	3,446	244,6*
	Idade — 50 anos ou mais	-0,668	0,000	0,513	-48,7*
	Escolaridade — nível fundamental	-0,047	0,636	0,954	-4,6
	Escolaridade — nível médio	-0,063	0,527	0,938	-6,2
	Escolaridade — nível superior	0,049	0,807	1,051	5,1
	Mulher/não-branca	-0,742	0,000	0,476	-52,4*
	Mulher/branca	-0,816	0,000	0,442	-55,8*
	Homem/não-branco	0,116	0,358	1,123	12,3
Emprego doméstico	Idade — 25 anos ou menos	0,382	0,017	1,465	46,5*
	Idade — 50 anos ou mais	-0,222	0,261	0,801	-19,9
	Escolaridade — nível fundamental	-0,681	0,000	0,506	-49,4*
	Escolaridade — nível médio	-1,394	0,000	0,248	-75,2*
	Escolaridade — nível superior	-0,277	0,417	0,758	-24,2
	Mulher/não-branca	1,353	0,000	3,869	286,9*
	Mulher/branca	0,854	0,001	2,349	134,9*
	Homem/não-branco	-0,610	0,102	0,543	-45,7
Autônomos	Idade — 25 anos ou menos	0,126	0,465	1,134	13,4
	Idade — 50 anos ou mais	-0,354	0,095	0,702	-29,8*
	Escolaridade — nível fundamental	0,120	0,519	1,127	12,7
	Escolaridade — nível médio	0,084	0,662	1,088	8,8
	Escolaridade — nível superior	0,241	0,489	1,272	27,2
	Mulher/não-branca	-1,367	0,000	0,255	-74,5*
	Mulher/branca	-1,17	0,000	0,311	-68,9*
	Homem/não-branco	-0,148	0,468	0,862	-13,8

Continua

Classe de trajetória	Variável	B	Sig.	Exp(B)	%
Transição entre desemprego e inatividade	Idade — 25 anos ou menos	2,265	0,000	9,631	863,1*
	Idade — 50 anos ou mais	-0,069	0,684	0,934	-6,6
	Escolaridade — nível fundamental	0,044	0,700	1,045	4,5
	Escolaridade — nível médio	-0,255	0,034	0,775	-22,5*
	Escolaridade — nível superior	-0,968	0,006	0,380	-62*
	Mulher/não-branca	-0,535	0,000	0,585	-41,5*
	Mulher/branca	-0,500	0,000	0,607	-39,3*
	Homem/não-branco	0,060	0,684	1,062	6,2

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Questionário Suplementar Seade/CEM "Mobilidade operacional".

\*  $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,10$  / categoria de referência: desemprego.

## Referências bibliográficas

BURCHELL, B.; RUBERY, J. Divided women: labour market segmentation and gender segregation. In: SCOTT, A. (Ed.). *Gender segregation and social change*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

CANCEILL, G.; HUYGHUES DESPOINTES, H. L'inscription à L'Anpe et après: itinéraires de chômeurs. In: DARES. *Premières informations et premières synthèses*. Paris: Ministère de l'Emploi et de la Solidarité, n. 37.1, 1999.

COHN, S. *Race and gender discrimination at work*. Boulder: Westview Press, 2000.

COMIN, A. *Mudanças na estrutura sócio-ocupacional do mercado de trabalho em São Paulo*. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de São Paulo, São Paulo.

DEDECCA, C.; MONTAGNER, P.; BRANDÃO, S. *Recessão e reestruturação econômica: as novas condições de funcionamento do mercado de trabalho na década de 90*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1993.

DEMAZIERE, D. *La sociologie du chômage*. Paris: La Découverte, 1995a.

\_\_\_\_\_. *Le chômage de longue durée*. Paris: PUF, 1995b.

FASSIN, D.; FASSIN, E. (Orgs.). *De la question sociale a la question raciale? Représenter la société française*. Paris: La Découverte, 2006.

FREYSSINET, J. *Le chômage*. Paris: La Découverte, 1984.

FRIOT, B.; ROSE, J. *La construction sociale de l'emploi en France. Les années soixante à aujourd'hui*. Paris: L'Harmattan/Forum, 1996.

GALLIE, D.; PAUGAM, S. *Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

GAUTIE, J. Transitions et trajectoires sur le marché du travail. *Quatre-Pages*, Paris, n. 59, sept. 2003.

GUIMARÃES, A. S. *Preconceito racial*. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, N. A. Unemployment and occupational transition: trajectories and perceptions. In: KASE, K.; SUGITA, K. (Eds.). *The unemployed and unemployment in an international perspective: comparative studies of Japan, France and Brazil*. Tokyo: University of Tokyo, 2006a.

\_\_\_\_\_. L'Occident serait-il en train de se "brasilianiser". *Revue Tiers Monde*, n. 189, p. 137-186, 2006b.

\_\_\_\_\_. Novas formas, novas medidas? In: GUIMARÃES, N. A.; CARDOSO, A.; ELIAS, P.; PURCELL, K. (Eds.). *Mercado de trabalho e oportunidades: reestruturação econômica, mudança ocupacional e desigualdade na Inglaterra e no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. No prelo.

HASENBALG, C. A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MARUANI, M. *Les mécomptes du chômage*. Paris: Bayard, 2002.

\_\_\_\_\_; REYNAUD, E. *Sociologie de l'emploi*. Paris: La Découverte, 1993.

MOORE, D. *Labor market segmentation and its implications*. New York: Garland, 1992.

PIGNONY, M.-T.; POUJOULY, C. Trajectoires professionnelles et récurrence du chômage. In: DARES. *Premières informations et premières synthèses*, Paris, Ministère de l'Emploi et de la Solidarité, n. 14.3, avr. 1999.

SAHLINS, P. *Unnaturally French: foreign citizens in the old regime and after*. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

SILVA, N. V.; HASENBALG, C. A. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

SUPIOT, A. (Ed.). *Au-delà de l'emploi*. Paris: Flammarion, 1999.

WALBY, S. Segregation in employment in social and economic theory. In: WALBY, S. (Ed.). *Gender segregation at work*. Milton Keynes: Open University Press, 1988.